



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
BRASÍLIA**

CAMPUS ESTRUTURAL

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

LATO SENSU

**ESPECIALIZAÇÃO EM GOVERNANÇA TERRITORIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL**

BRASÍLIA-DF

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Reitoria

Wilson Conciani

Reitor

Luciana Miyoko Massukado

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

Marley Garcia Silva

Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Campus Estrutural

Giano Luis Copetti

Diretor Geral

Thyago Silva Rodrigues

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão

Aline Auxiliadora Tireli Miranda

Coordenador de Pesquisa

Instituições Parceiras

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília

Comissão de Elaboração do Plano de Curso

Ana Maria Libório de Oliveira

Caroline Soares Santos

Eneida Campos Felipe de Brites

Greice Kelly Menezes Martins

Loryne Viana de Oliveira

Nayara de Paula Martins

Yuri César Rosa de Toledo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

SUMÁRIO

I. CURSO	6
II. JUSTIFICATIVA	9
III. HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES E TERRITÓRIOS ENVOLVIDOS NO PROJETO	13
Instituto Federal de Brasília	13
Campus Estrutural	14
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília	17
IV. OBJETIVOS	19
V. PÚBLICO ALVO E PERFIL DO EGRESSO	20
Público Alvo	20
Perfil dos Egressos	21
VI. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA	21
VII. COORDENAÇÃO DO CURSO	22
VIII. CARGA HORÁRIA DO CURSO	25
IX. PERÍODO E TURNOS PREVISTOS PARA A REALIZAÇÃO DO CURSO	26
X. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - MATRIZ CURRICULAR	27
XI. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	27
XII. CORPO DOCENTE	34
XIII. METODOLOGIA	39
XIV. INTERDISCIPLINARIDADE E ATIVIDADES INTEGRADORAS	40
XV. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	40
XVI. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	41
XVII. CONTROLE DE FREQUÊNCIA	43
XVIII. INFRAESTRUTURA DO CURSO	43
XIX. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	45
XX. CERTIFICAÇÃO DO CURSO	48



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XXI.	INDICADORES DE DESEMPENHO	49
XXII.	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CURSO	50
	REFERÊNCIAS	51
	ANEXOS	53



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

I. CURSO

O curso de Especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* da área de Saúde e Bem Estar Social. O curso é gratuito e será ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, *campus* Estrutural, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília.

Apresentação

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) constitui-se no instrumento orientador do Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável a ser ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), a partir do segundo semestre de 2019, contendo todos os elementos pedagógicos que garantem o pleno funcionamento do curso proposto.

O planejamento e a elaboração deste documento foram fruto do trabalho colaborativo de duas instituições: Instituto Federal de Brasília – Campus Estrutural e a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. A metodologia de elaboração constituiu-se de reuniões entre atores das duas instituições, que trabalharam de forma presencial e a distância.

Trata-se de uma proposta inovadora e desafiadora, envolvendo instituições parceiras e uma nova proposta metodológica, utilizando um currículo baseado na coleta e análise de dados e na proposição de ações de intervenção em territórios vulneráveis, utilizando metodologias ativas para fortalecer a aprendizagem dos estudantes. Acredita-se que a oferta deste curso seja um marco para o IFB no que tange ao fortalecimento de parcerias institucionais e na aprendizagem de novas metodologias.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Dados da Instituição Ofertante

CNPJ:	00.394.445/0124-52
Razão Social:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Nome Fantasia:	Instituto Federal de Brasília
<i>Campus</i>	Estrutural
Esfera Administrativa:	FEDERAL
Endereço (Rua, N ^o):	Quadra 16 Área Especial 01
Cidade/UF/CEP:	SCIA/Cidade do Automóvel. CEP 71250-000
Telefone/Fax:	(61) 2103-2160
E-mail de contato:	<i>cdpd.cest@ifb.edu.br</i>
Site Institucional:	<u><i>http://www.ifb.edu.br/campus-estrutural</i></u>
Eixo Tecnológico	Saúde e bem estar social



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Resumo do Curso

Denominação	Curso de Especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável.
Área de conhecimento	Saúde e bem estar social
Nível	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>
Modalidade	Presencial
Habilitação	Especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável.
Titulação	Especialista
Carga Horária Parcial	300 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	60 horas
Carga Horária Total mínima	360 horas
Período de integralização	Máximo de dois semestres
Forma de Acesso	Seleção conforme edital
Turno	Noturno
Número de Vagas	40 (quarenta)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

II. JUSTIFICATIVA

Em 2015, 193 Estados-membros da ONU aprovaram o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, entre esses objetivos está o de número 3 (ODS 3) que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades. Pelo ponto de vista da promoção da saúde o alcance desse objetivo requer a combinação as metas dos demais ODS com vários determinantes (fatores) que condicionam a vida nos territórios.

A Agenda 2030 foi influenciada por dois grandes eventos ocorridos no Brasil. O primeiro foi A Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde (CMDSS) realizada no Rio de Janeiro, de 19 a 21 de outubro de 2011, o qual representou um importante avanço no movimento global sobre os DSS iniciado em 2005 com a criação da Comissão sobre DSS (CSDH) da OMS. O slogan da Conferência foi Todos pela Equidade. A CMDSS reuniu delegações oficiais de 120 países, especialistas e representantes de organizações da sociedade civil de todo o mundo, num total de mais de 1.200 pessoas. Sua declaração expressa a concepção de que a construção da equidade em saúde exige a contribuição de todos os setores do governo, de todos os segmentos da sociedade e da comunidade internacional em ações organizadas por políticas públicas baseadas em evidências que incidam sobre os determinantes sociais da saúde.

Em 2012 acontece o segundo grande evento, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A Rio+20 alinhou-se às recomendações de Buss *et al* (2012) de que o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável, precisam ser considerados na relação de produção dos fatores intersetoriais que determinam as condições da saúde humana, o que exige uma prática institucional intersetorial considerando as relações sociais no território. Segundo a ONU “O processo rumo à agenda de desenvolvimento pós-2015 reflete os novos desafios de desenvolvimento e está ligada ao resultado da Rio+20 – a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – que foi realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro, Brasil”. Desta forma, a oferta o curso de Especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável contribuirá para desenvolvimento de uma metodologia inovadora de inserção da Fiocruz nos territórios possibilitando uma prática



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

institucional intersetorial considerando as relações de produção local para o desenvolvimento de tecnologias sociais com a integração ensino – pesquisa e aplicação (EPA). Os professores das instituições parceiras atuarão no curso como docentes/mentores para facilitar o desenvolvimento das tecnologias apropriadas à realidade local e permitir que os pesquisadores sociais possam aprender a aprender no processo de implementação do projeto.

A oferta do curso de Especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável tem como proposta o empoderamento social com desenvolvimento de dispositivos de Inteligência Cooperativa (monitoramento e avaliação) para os territórios de vulnerabilidade que ainda não se apropriaram da agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O curso conjuga ensino, pesquisa e aplicação, por meio, de parcerias interinstitucionais e visa formar pesquisadores sociais, denominados Agentes de Governança Territorial (AGT) aptos a trabalhar no território.

Os pesquisadores sociais podem contribuir para promover uma vida saudável e o bem-estar para todas e todos, articulando os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) com as metas dos ODS, para apoiar as decisões nos espaços de governança na Cidade Estrutural –DF. Esse território passa por um processo de reestruturação econômica e social tendo em vista o fechamento do maior lixão da América Latina. O curso será ofertado em parceria com a Fiocruz Brasília.

A abordagem cooperativa de monitoramento e avaliação das situações de risco, de vulnerabilidade social e ambiental do território visa orientar a política pública para a construção de Território Saudável e Sustentável (TSS). Ademais, a apropriação da agenda 2030 dos ODS é uma ferramenta dinamizadora desta construção. Sendo a saúde base para uma condição de vida com qualidade, ela exige uma nova ética de gestão para as políticas públicas. Dessa forma, em um TSS as condições de vida da população local deve ser a principal orientadora das políticas públicas.

Desta forma, o curso contribuirá para desenvolvimento metodologias inovadoras de inserção das instituições envolvidas nos territórios possibilitando uma prática institucional intersetorial considerando as relações de produção local para o desenvolvimento de tecnologias sociais com a integração ensino – pesquisa e aplicação (EPA).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

O território de atuação dos alunos do curso será a Cidade Estrutural-DF, localizada a 11 km do Palácio do Planalto. A Estrutural apresenta os piores índices socioeconômicos, como renda *per capita* e acesso a serviços públicos. É a Região Administrativa que concentra a população mais jovem do DF, menores de 18 anos, sendo também a que tem menos idosos. Por suas características e a dinâmica de mudanças socioeconômicas, a Estrutural/DF torna-se um ambiente adequado para a aplicação desta metodologia de empoderamento social por meio, do desenvolvimento de um “dispositivo” de Inteligência Cooperativa (IC) para o monitoramento e a avaliação das vulnerabilidades, social e ambiental do território.

Capacitar a rede sociotécnica para a mensuração dos fatores de riscos associados aos determinantes de saúde e aos ODS permitirá construir um pacto territorial de caráter estruturante conforme Santos (1994) recomendava. O pacto territorial realizado no âmbito dos espaços de governança das políticas públicas, contemplará diferentes aspectos da realidade priorizada por essa rede sociotécnica. A agenda 2030 tem um papel de catalisador das intervenções intersetoriais e transdisciplinar tornando-se assim um facilitador para a gestão integrada das políticas públicas locais, e sua focalização na vida humana considerando as dimensões sociais, econômicas e ambientais. A operacionalização do conceito de inteligência cooperativa empodera as redes sociotécnicas para uso de informações estratégicas sobre a condição de vida no território. Ou seja, a inteligência tratada não como um atributo individual, mas como uma competência social que poderá ser obtida pela aplicação ética do ciclo de inteligência, composto pela coleta de dados estruturados e não estruturados, por sua sistematização, análise e disseminação. Isso permitirá uma intervenção qualificada nos espaços de governança, na lógica de um agir comunicativo, para o aperfeiçoamento das ações de proteção do estado de bem-estar das populações.

As atividades de inteligência direcionadas aos DSS, antecipam ações contra as possíveis ameaças no território como: epidemias, desastres, desorganização dos serviços, desemprego, insalubridade habitacional, analfabetismo entre outros fatores. Quando utilizamos a metodologia de inteligência cooperativa aplicada (plano de inteligência) por pesquisadores sociais conhecedores do território temos maior probabilidade de identificar e acompanhar esses riscos e de gerar ações preventivas de proteção à vida pelas redes sociotécnicas. Para uso das informações estratégicas sobre a vida no território, torna-se necessário desenvolver competências



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

técnicas e conversacionais. Dessa forma, se justifica, a oferta do curso de Especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável em articulação com a Fiocruz, que promova a integração entre ensino, pesquisa e aplicação e desta maneira, forme pesquisadores sociais que se encarregarão de elaborar e aplicar o plano de inteligência cooperativa que envolve diferentes conceitos associados aos ODS e suas metas na Agenda 2030, assim como, à lógica de Territórios Saudáveis e Sustentáveis.

Fundamentos Legais

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável será ofertado em parceria com a Fiocruz Brasília, mediante convênio determinado pelo Acordo de Cooperação Técnica N° 004/2016.

O curso obedece ao disposto nos seguintes marcos legais:

- i. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB);
- ii. Resolução CNE/CES N° 1, de 6 de abril de 2018 (Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior);
- iii. Lei 12772 e a Carreira do Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, 28 de dezembro de 2012;
- iv. Decreto N° 5.707, de 23 de fevereiro de 2006 (Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional);
- v. Lei N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Criação dos Institutos Federais.
- vi. Resolução N° 012-2013/CS-IFB (Aprova as normas de funcionamento dos Cursos de Pós-graduação Lato Sensu do IFB);
- vii. Resolução N° 013/2018/CS-IFB (Aprova as alterações do Projeto Pedagógico Institucional – PPI do Instituto Federal de Brasília).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

III. HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES E TERRITÓRIOS ENVOLVIDOS NO PROJETO

Instituto Federal de Brasília

A Escola Técnica Federal de Brasília (ETFB) foi fundada no final da década de 1950 como Escola Agrotécnica de Brasília na cidade de Planaltina pelo Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Sua inauguração ocorreu em 21 de abril de 1962, subordinada à Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, tendo como objetivo ministrar os cursos regulares dos antigos Ginásio e Colegial Agrícola. Por meio do Decreto nº 60.731 de 19 de maio de 1967, determinou-se a subordinação das Escolas Agrícolas do Ministério da Agricultura ao Ministério da Educação e da Cultura. Com a extinção da Escola Didática do Ensino Agrário, os colégios de aplicação voltaram a ter a denominação anterior de Colégio Agrícola de Brasília.

O Colégio Agrícola de Brasília foi transferido para o Governo do Distrito Federal por meio do Decreto Nº 82. 711 de 24 de novembro de 1978, celebrado entre a então Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) e a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário do Colégio Agrícola. A partir da Portaria Nº 129, de 18 de julho de 2000, o Colégio Agrícola de Brasília passou a denominar-se Centro de Educação Profissional - Colégio Agrícola de Brasília (CEP/CAB). Sua finalidade era qualificar e requalificar profissionais e realizar Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, direcionados à demanda mercadológica, principalmente em sua área de abrangência.

A transformação do Centro de Educação Profissional/CAB em Escola Técnica Federal de Brasília se dá em 25 de outubro de 2007 por intermédio da Lei nº 11.534. Como parte do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, a Lei 11.534, de 25/08/07 cria como entidade de natureza autárquica a Escola Técnica Federal de Brasília, com vistas à implantação de Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED). Nesse mesmo ano, o Colégio Agrícola de Brasília, até então pertencente à rede de Educação Profissional do Governo do Distrito Federal, foi integrado a Rede Federal de Educação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Profissional por meio de um acordo entre os governos local e federal, tornando-se assim a UNED Planaltina.

Em 29 de dezembro de 2008, é criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), por intermédio da Lei nº 11.892, como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, em razão do plano federal de educação técnica e tecnológica na implantação de um novo modelo de instituição de educação profissional.

Pela força da lei de criação dos institutos federais, a UNED Planaltina passou a ser *campus* e deu-se início à implantação de quatro novos *campi*: Brasília, Gama, Samambaia e Taguatinga. Além dos cinco previstos, o IFB agregou mais cinco e hoje conta com dez *campi*: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga e Taguatinga Centro.

Em virtude da visão estratégica do IFB, de fazer a educação profissional e tecnológica alcançar mais capilaridade no Distrito Federal, essa expansão do IFB para outras Regiões Administrativas foi passo natural, levando-se em consideração o significativo contingente populacional, o baixo índice de desenvolvimento socioeconômico e a abrangência do IFB nas RAs do DF.

O IFB oferece Educação Profissional gratuita na forma de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores (FIC), educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação, em articulação a projetos de pesquisa e extensão. Dessa forma, atende à vocação econômica das regiões administrativas do DF, através dos seguintes *campi*: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga e Taguatinga Centro, todos eles administrados pela Reitoria.

Campus Estrutural

Seguindo o plano de expansão da rede federal de educação, o IFB cria novos *campi*, entre eles o *campus* Estrutural, com a finalidade de atender aos diversos níveis e modalidades da educação profissional, possibilitando o desenvolvimento integral do discente, de forma ágil e eficaz, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

produtivos locais. Atualmente, o *campus* Estrutural oferece o curso superior em Licenciatura em Matemática, ensino médio integrado - Técnico em Manutenção Automotiva, Técnico em Reciclagem - Educação de Jovens e Adultos na modalidade PROEJA, cursos Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos técnicos subsequentes, Também em consonância com a referida legislação, o *campus* Estrutural tem se preparado para dar oportunidade aos seus alunos de desenvolver atividades de pesquisa e extensão nas várias áreas em que atua.

A partir do primeiro semestre de 2012, o Governo do Distrito Federal cedeu parte das instalações do CREAS (Centro de Referência e Assistência Social) da Cidade Estrutural e algumas salas de aula da Escola Classe 02 através de convênio. Com isso, foram iniciados os trabalhos no *campus* Estrutural mediante a oferta de cursos FIC na área de Gestão. No segundo semestre de 2012, iniciaram-se os cursos de FIC nas áreas de Gestão, Informática e Línguas.

A instalação do *campus* Estrutural do IFB representa um marco, pois considera a crescente carência de mão de obra especializada nas diversas áreas do conhecimento, bem como a necessidade de continuar promovendo a educação profissional de qualidade nos diversos níveis e a necessidade de proporcionar o desenvolvimento das regiões atendidas pelo *campus*. Além disso, o IFB centra suas discussões em torno das competências e habilidades dos futuros profissionais a serem formados.

Em 2013, foram iniciadas as obras de construção do *campus* definitivo na Cidade do Automóvel, localizado no Parque Nacional de Brasília Quadra 16 Área Especial 01 - Cidade do Automóvel, Brasília - DF, 71200-020.

O IFB tem a missão de oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação profissional e tecnológica, por meio da produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável. Com uma visão futurística, trabalha para ser reconhecido como instituição pública federal de excelência e reconhece a educação como um bem público e de qualidade. O IFB possui ainda os seguintes valores: formação crítica, gestão democrática e participativa, respeito à diversidade, inovação, empreendedorismo e cooperativismo, desenvolvimento sustentável e otimização dos recursos públicos.

Cidade Estrutural



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

No início da década de 90, a Cidade Estrutural era considerada uma invasão de catadores de lixo, próxima ao aterro sanitário do Distrito Federal e contava com pouco menos de 100 domicílios. Recebeu esse nome em função da rodovia DF-095 (Estrada Parque Ceilândia) que interliga a cidade do Cruzeiro a Taguatinga. Havia a intenção de removê-la para outro local e várias tentativas foram realizadas nesse sentido. Posteriormente essa invasão foi transformada na Vila Cidade Estrutural, pertencente à Região Administrativa do Guará. Em seguida, foi criado o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA, ao lado da Vila Cidade Estrutural. Em janeiro de 2004, o SCIA foi transformado na Região Administrativa XXV - Lei nº 3.315, tendo a Cidade Estrutural como sua sede urbana, além da Cidade do Automóvel.

Finalmente, em 24 de janeiro de 2006, a Lei Complementar nº 530 foi revogada, dando origem à Lei Complementar nº 715 que torna a Vila Estrutural Zona Especial de Interesse Social - ZEIS. Nessa lei, o projeto urbanístico do parcelamento urbano contempla as restrições físico-ambientais, além de medidas mitigadoras, recomendadas pelo EIA/RIMA e que integram a licença ambiental, devendo, em consequência, serem removidas as edificações erigidas em áreas consideradas de risco ambiental.

A Cidade Estrutural não possui adequadas condições de saneamento básico, educação, saúde, segurança e infraestrutura. Entretanto há uma luta histórica da população local para conseguir com que o Estado reconheça a condição de cidade e passe a garantir mais efetivamente o direito aos lotes e o acesso a outros direitos sociais. Em 2004, um incêndio de médias proporções quase atingiu um gasoduto próximo e destruiu inúmeros barracos deixando cerca de 10 famílias desabrigadas.

A Cidade Estrutural tem população estimada de 40 mil habitantes e representa claramente a situação de várias outras cidades brasileiras que convivem com duas realidades em um mesmo lugar: pobreza quase absoluta e condições mínimas de sobrevivência.

Do total de habitantes da RA do SCIA-Estrutural, mais de 43,11% estão na faixa etária de 25 a 59 anos. Os idosos, acima de 60 anos, são 5,11%. A população de zero a 14 anos totaliza 27,93% (dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD/2015 -, elaborada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan).

Ainda de acordo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD/2015, observa-se que 51% da população possui nível fundamental incompleto e 18,80% têm nível médio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

completo. Dos domicílios pesquisados, 1,40% possui nível superior completo, incluindo especialização, mestrado e doutorado.

Atualmente a Cidade Estrutural conta com 90% da sua área pavimentada (área definida como fixação), servida com água encanada e sistema de esgoto. Na cidade há 05 escolas (Centro de Ensino Fundamental 01, Centro de Ensino Fundamental 02, Escola Classe 01, Escola classe 02 e Centro de Ensino Infantil). A Escola Classe 01, no entanto, está fechada, em processo de reabertura. A Cidade possui 01 centro de saúde (Posto de Saúde nº 04), 01 Posto de Polícia Militar e 01 Posto da Polícia Civil.

Nessa RA, também foi criada a “Cidade do Automóvel”, com maior concentração de revendas de veículos da América Latina, fruto de uma parceria entre os empresários e o Governo do Distrito Federal. Algumas revendedoras do Plano Piloto, principalmente da W3 Norte, mudaram-se, liberando mais vagas nos estacionamentos das áreas comerciais onde se encontravam as lojas anteriormente. Em 2007, a “Cidade do Automóvel” contava com mais de 150 revendas automobilísticas, promovendo concorrência, imensas possibilidades de negócios e gerando milhares de empregos.

Os empreendimentos estão localizados a 10 minutos do centro da Capital Federal, de Taguatinga e do Guará, e também a 8 minutos do Cruzeiro/Octogonal/Sudoeste e do SIA. Eles são parte integrante da ADE – Área de Desenvolvimento Econômico e empresas contempladas com o Pró - DF. Circunvizinhos à Vila Estrutural, estão a EPCT (Via Estrutural), o Parque Nacional e o Setor de Transporte de Cargas.

Na perspectiva de contribuir com a aquisição de saberes e competências dos indivíduos, o campus Estrutural fixa-se nesta região por meio da construção de seu campus definitivo na região da Cidade do Automóvel. Nesse contexto, o curso *Lato Sensu* Especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável visa verticalizar o ensino, além de contribuir na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, contribuindo favoravelmente com sua inclusão participativa na sociedade.

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília

A Fiocruz Brasília nasceu em 1976, um escritório da Fundação Oswaldo Cruz em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Brasília. Época de transformações, do início da abertura política e da constituição do movimento de Reforma Sanitária, o que pedia a presença de uma instância da Fiocruz na Capital Federal. Nessa época, o escritório recebeu o nome de Diretoria Regional de Brasília (DIREB) e foi instalado na sede da Organização Pan-Americana de Saúde — Opas — (1976) e, depois, no edifício do Instituto Nacional de Alimentação[F1] e Nutrição – INAN – (1977).

Na década de 80, a Fiocruz Brasília passou a chamar-se Coordenação Regional da Fiocruz (Coreb) e a efetivar parcerias estratégicas — com a UnB e com a Assessoria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, ocasião em que ocorreu a cessão do terreno para construção de uma sede regional da Fiocruz.

Os anos 90 iniciou um novo período de constituição do quadro de funcionários e de expansão das atividades, com ações regionalizadas e a formalização da representação institucional. Em 1995, ainda como Coreb, a sede da Fiocruz Brasília passou a ocupar algumas salas no Ministério da Saúde, retornando, em 1999, ao edifício do antigo INAN.

A primeira década do ano 2000 marcou o crescimento da Fiocruz em Brasília com o aumento das atividades próprias da representação e, principalmente, com a expansão das atividades de ensino. Em março 2004, com a inauguração de uma área para salas de aula e do laboratório de informática, a capacidade instalada da Fiocruz Brasília foi ampliada, permitindo uma maior oferta de cursos. Em 2007, a Fiocruz Brasília tinha sua estrutura formada pela Coordenação de Programas e Projetos Estratégicos (CPPE) e pelo Núcleo Federal de Ensino (NFE). À CPPE coube a administração de projetos considerados prioritários para o avanço do SUS em articulação com diversas instituições brasileiras e mesmo internacionais. Ao NFE coube a realização das atividades de ensino e a articulação com as instituições demandantes e parceiras para os cursos realizados.

Hoje, a Fiocruz Brasília desenvolve projetos nas áreas de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente; Educação, Cultura e Saúde; Direito Sanitário; Segurança Alimentar e Nutricional. O novo prédio da Fiocruz Brasília foi construído a partir de projeto arquitetônico desenvolvido em parceria entre os arquitetos do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer da UnB e do Departamento de Projetos e Obras da Fiocruz. A inauguração da nova estrutura foi realizada no dia 7 de junho de 2010. A instituição, que abriga a Escola



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Fiocruz de Governo (EFG).

A Escola Fiocruz de Governo (EFG), criada em 2011 fortaleceu as ações de formação já existentes no Núcleo Federal de Ensino (NFE), primeira estrutura de formação na Fiocruz Brasília. Ao atuar de forma articulada com as demais Unidades Regionais da Fiocruz, a EFG acolheu em sua estrutura 18 cursos de pós-graduação, entre especializações e mestrados profissionais, advindos da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, do Instituto Fernandes Figueira e do Centro de Pesquisas e Estudos Ageu Magalhães, atualmente a EFG desenvolve uma série de atividades de ensino, pesquisa, comunicação e popularização da ciência, além de cursos de especialização e mestrado.

Dentro de um desenvolvimento da EFG sentiu-se uma necessidade de ter um Projeto de Formação contínuo voltado para o território de Brasília, com ênfase no campo da saúde, ambiente e trabalho, o qual pudesse abordar a o tema de promoção de saúde e suas interfaces com a saúde do trabalhador, territórios saudáveis e sustentáveis, SUS e gestão participativa.

IV. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Capacitar indivíduos da rede sociotécnica do território na coleta e no uso das informações sobre a realidade local, desenvolvendo um modelo de “dispositivo” de Inteligência Cooperativa (monitoramento e avaliação) sobre as vulnerabilidades sociais relacionadas à agenda 2030 dos ODS da ONU.

Objetivos Específicos

1. Formar pesquisadores populares que irão atuar no desenvolvimento técnico do projeto na Cidade Estrutural/DF como Agentes de Governança Territorial (AGT);
2. Promover a integração entre ensino, pesquisa e aplicação e desta maneira, desenvolver competências técnicas e conversacionais para a atuação do egresso nos espaços de governança de políticas públicas locais;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

3. Mapear as áreas e populações em condição de vulnerabilidade na Cidade Estrutural;
4. Mapear os espaços de governança de políticas públicas implementadas e necessárias para a Cidade Estrutural;
5. Desenvolver um modelo apoio a implementação da agenda 2030 nos territórios e de acompanhamento dos riscos de não alcance das metas dos ODS, para a Fiocruz apresentar ao governo brasileiro e à ONU.

V. PÚBLICO ALVO E PERFIL DO EGRESSO

Público Alvo

Conforme o artigo Art. 5º da Resolução N°012-2013/CS IFB, o IFB oferecerá Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* somente aos egressos de cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação, de acordo com o artigo 44, inciso III da Lei 9.394 de 20 de junho de 1996. Dessa forma, o público alvo será formado por portadores de diploma de curso superior reconhecidos pelo MEC.

O curso irá habilitar pessoas para lidar com dados e conhecimento de forma científica, a fim de torná-los pesquisadores sociais que possam tratar a informação gerada a partir dos dados coletados em territórios de vulnerabilidade e nos aparelhos de serviços públicos e acadêmicos.

O curso tem o foco voltado preferencial, mas não exclusivamente, para o ator social que mora e/ou atua na Estrutural, pois é deles que vem o saber territorial que possibilita à resiliência diante das crises econômica e sociais. A relação dos interessados no curso com o território será comprovada por meio de autodeclaração de próprio punho.

Perfil dos Egressos

O aluno egresso estará habilitado para atuar como pesquisador social capaz de tratar, de forma científica, a informação gerada a partir dos dados coletados no território e nos aparelhos de serviços públicos e acadêmicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Através do uso das ferramentas sociais, o egresso terá capacidade de agir na governança e gestão territorial saudável e sustentável. Portanto, possuirá condições de intervir sobre os riscos e ameaças às condições de vida da população na Cidade Estrutural/DF e outros territórios em vulnerabilidade social.

VI. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

A proposta do presente curso de Especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável foi pensada diante da necessidade de se preparar os cidadãos inseridos no território para atuar como agentes de governança territorial. Para atender a esta demanda está prevista inicialmente a oferta de uma única turma para atender as necessidades da comunidade da Cidade Estrutural, podendo esta oferta ser revista.

A formação de Agentes de Governança Territorial no Curso de Gestão e Governança Territorial, realizado em parceria com Fiocruz Brasília, permitirá uma educação com ênfase na articulação entre conhecimento atualizado, domínio de metodologias científicas pertinentes e aplicação orientada para o campo de atuação específico. Portanto, o programa concebe como relevante capacitar indivíduos da rede sociotécnica do território na coleta e no uso das informações sobre a realidade local, com a formação de pesquisadores populares tendo como base as abordagens como a ecologia de saberes, de Boaventura de Sousa Santos, e o diálogo de saberes, de Paulo Freire, que adotam como preceito a relação sujeito – sujeito, para que a prática da pesquisa conduzida no território possa contar com a contribuição de pesquisadores populares, ou seja, representantes de populações local que vivenciam a situação de risco no território e interferem na governança das políticas.

A abordagem será direcionada pela ideia de ciência aberta que está inserida no âmbito da ciência digital, uma ciência em que os dados estão sendo rapidamente criados e que requer pesquisadores habilidades em análise de grandes quantidades dados e de instrumentos que favoreçam os fluxos do conhecimento gerado o que nos levará, também, a uma ciência cidadã.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

VII. COORDENAÇÃO DO CURSO

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Especialização em Governança Territorial Para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável terá duas coordenações:

- Coordenação geral, exercida por um professor do IFB;
- Coordenação temática, exercida por um servidor da Fiocruz;
-

A coordenadora geral do curso indicada pelo presente Plano de Curso será a docente Greice Kelly Menezes Martins, conforme artigo 11 da Resolução 012/2013/CS-IFB. A professora indicada possui título de mestre e deverá estar em exercício, estar em regime de trabalho de 40h ou dedicação exclusiva e ministrar ao menos uma disciplina neste curso.

O coordenador temático indicado pela Fiocruz é Wagner de Jesus Martins possui titulação de doutor e deverá pertencer ao corpo docente que atuará no curso. Essa coordenação auxiliará a coordenação geral no desempenho de suas atribuições.

Coordenação Geral

As atribuições da coordenação geral estão regulamentadas na Resolução N° 012/2013/CS-IFB e na Resolução 06/2015/CS-IFB, dentre elas:

- I – Presidir o Colegiado do Curso, nos termos da Resolução 06/2015/CS-IFB;
- II – Coordenar as atividades didáticas e administrativas do curso;
- III – Coordenar o processo de seleção, em consonância com a política de ingresso e matrícula do IFB, nos termos da Resolução 12/2013/CS-IFB;
- IV – Enviar os documentos individuais dos alunos, requeridos no edital de seleção à Coordenação de Registro Acadêmico do Campus, imediatamente após a seleção;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- V – Acompanhar, como responsável direto, o cumprimento dos prazos de entrega dos documentos de registro de frequência e rendimento escolar das unidades curriculares, bem como dos trabalhos de conclusão de curso para avaliação da banca examinadora, quando for o caso;
- VI – Realizar reunião com os discentes, ao início das aulas, para apresentação do curso e suas normas, além de apresentar este regulamento para os mesmos;
- VII – Realizar reuniões periódicas com o colegiado do curso, para análise do andamento dos trabalhos realizados no curso;
- VIII – Coordenar o processo de defesa dos trabalhos de conclusão de curso, e aprovar a indicação dos nomes dos integrantes da banca examinadora, encaminhada pelo orientador do trabalho de conclusão de curso;
- IX – Responsabilizar-se pelo cumprimento dos requisitos necessários para a emissão dos certificados de conclusão de curso pelo IFB;
- X – Conhecer integralmente o projeto pedagógico do Curso de Pós-graduação Lato Sensu e suas eventuais atualizações;
- XI – Propor adequações ao projeto do curso sempre que necessário e encaminhá-lo ao colegiado do curso para aprovação e as providências necessárias;
- XII – Propor o quadro de recursos humanos e materiais necessários para a adequada execução do projeto do curso;
- XIII – Acompanhar o desenvolvimento do curso, responsabilizando-se pelo cumprimento do cronograma e da entrega dos planos de ensino pelos docentes;
- XIV – Apresentar aos discentes a relação de professores orientadores e suas respectivas linhas de pesquisa;
- XV – Emitir parecer sobre os pedidos de aproveitamento de estudos, mediante análise dos programas apresentados pelos requerentes, de acordo com este Regulamento;
- XVI – Deliberar sobre as solicitações discentes para a realização de provas presenciais em segunda chamada;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XVII – Constituir banca para a revisão de provas quando necessário;

XVIII – Encaminhar à coordenação de Registro Acadêmico do campus ofertante do curso:

a) os diários de classe das unidades curriculares, conforme modelo institucional, devidamente preenchidos e assinados (ou o diário eletrônico quando aplicável) pelos professores responsáveis, até no máximo 10 (dez) dias úteis após o encerramento das respectivas aulas;

b) atas e avaliações dos trabalhos de conclusão de curso;

XIX – Encaminhar à PRPI as solicitações de pagamentos nos casos pertinentes, para as providências necessárias;

XX – Aplicar os formulários de avaliação do curso.

XXI- Executar suas atividades e atribuições em consonância com as normas estabelecidas na Resolução 006-2015/CS-IFB, além das previstas no Regimento Geral do IFB.

Coordenação Temática

I. Realizar, em conjunto com a coordenação geral, reunião com os discentes, no início das aulas, para apresentação do curso e suas normas, incluindo a apresentação deste documento;

II. Realizar reuniões periódicas, em conjunto com a coordenação geral, com o colegiado do curso, para análise do andamento dos trabalhos realizados no curso;

III. Auxiliar a coordenação geral no processo de defesa dos trabalhos de conclusão de curso, e aprovar a indicação dos nomes dos integrantes da banca examinadora, encaminhada pelo orientador do trabalho de conclusão de curso;

IV. Conhecer integralmente o projeto pedagógico do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* e suas eventuais atualizações;

V. Acompanhar o desenvolvimento do curso, responsabilizando-se pela elaboração dos materiais didáticos, situações-problemas, organização e disponibilização dos espaços físicos para as atividades teóricas e práticas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

VI. Indicar professores para atuarem nos módulos temáticos que atuarão no curso como professores visitantes, bem como membros para as entrevistas do processo seletivo.

VIII. CARGA HORÁRIA DO CURSO

A carga horária do curso será de 360 horas, sendo 300 horas distribuídas entre os módulos curriculares e 60 horas atribuídas à elaboração do trabalho final do curso. A aprovação no curso se dará quando o aluno atingir aprovação em todos os módulos, mais a aprovação no Trabalho Conclusão de Curso.

A carga-horária do curso está organizada da seguinte maneira:

ORGANIZAÇÃO DE COMPONENTES CURRICULARES	C.H Relógio
MÓDULO 1: Oficina Prospecção <ol style="list-style-type: none">1. Analisar a situação dos fatores relacionados aos ODS no território;2. Mapear atores e interesses;3. Descrever os cenários exploratórios considerando os marcos da Agenda 2030/ODS;4. Elaborar Plano de Inteligência para o mapeamento das ameaças e vulnerabilidades (risco) sociais no território;5. Ativar Rede de Agentes de Governança Territorial.	60h
MÓDULO 2: Introdução à Governança Territorial <ol style="list-style-type: none">1. Adequação das metas e indicadores dos ODS para acompanhamento na Cidade Estrutural/DF;2. Adequação dos indicadores de acompanhamento de situação e condições de vida;3. Elaboração de Plano de Inteligência Cooperativa para acompanhamento das políticas públicas e da situação de vulnerabilidade das áreas e população da Cidade Estrutural;4. Adequação linguística dos termos técnicos das metas dos ODS para acompanhamento na Cidade Estrutural/DF.	60h
MÓDULO 3: Políticas Públicas em Redes <ol style="list-style-type: none">1. Instalar Sala de Cooperação Social para apoio a governança	60h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

territorial; 2. Definição ética do processo de coleta de dados sobre as condições de vida da população local; 3. Análise sistemática das condições de vida da população local.	
MÓDULO 4: Desenvolvimento territorial 1. Publicação/Disseminação da análise de condições de vida da população local; 2. Desenvolver requisitos para adaptar arranjo produtivo local para uso na coleta de dados situacional.	60h
MÓDULO 5: Governo para Vida – (saúde, ambiente e Governança) 1. Elaboração de propostas de intervenção sobre os riscos e ameaças às condições de vida da população em situação de vulnerabilidade.	60h
MÓDULO 6: Orientação para Trabalho de Conclusão de Curso 1. Radar de Territórios Saudáveis e Sustentáveis – cada TCC fará a consolidação do índice de condições de vida (Horst e Conterato, 2017) associado aos ODS para configuração dos painéis de acompanhamento	60h
CARGA HORÁRIO TOTAL DO CURSO	360

IX. PERÍODO E TURNOS PREVISTOS PARA A REALIZAÇÃO DO CURSO

O curso terá duração máxima de dois semestres. O período de integralização compreende a oferta dos módulos obrigatórios e a elaboração do TCC, dada a oferta única.

O curso será ministrado durante o segundo semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2020, às quintas-feiras e sextas-feiras no período noturno e aos sábados nos turnos matutino e vespertino.

O prazo final para realização do trabalho de conclusão de curso, apresentação e entrega da versão final corrigida, não poderá ultrapassar o segundo semestre do curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

X. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - MATRIZ CURRICULAR

O curso se desenvolverá de forma interinstitucional em parceria com a Fiocruz. Dessa forma, para que possamos realizar a formação de pesquisadores populares cuja prática de pesquisa seja conduzida no território, devemos contar com a participação de pessoas que atuem na Cidade Estrutural, que vivenciam a situação de risco no território e possam interferir na governança das políticas. Com isso, construímos a ementa do curso de forma conjunta com os professores da Fiocruz, considerando a necessidade de aprendizagem e as ações que os alunos deverão aplicar no território dentro de cada módulo.

Ao final do curso, os alunos devem elaborar o **Trabalho Conclusão de Curso (TCC)**, conforme previsto na Resolução 12/2013/CS-IFB. O TCC será preferencialmente um projeto de intervenção no território.

XI. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo 1 Oficina de Prospecção	Carga horária: 60h
Objetivos 1. Analisar a situação dos fatores relacionados aos ODS no território; 2. Mapear atores e interesses; 3. Descrever os cenários exploratórios considerando os marcos da Agenda 2030/ODS; 4. Elaborar Plano de Inteligência para o mapeamento das ameaças e vulnerabilidades (risco) sociais no território; 5. Ativar Rede de Agentes de Governança Territorial.	
Ementa Ensino e aprendizagem a respeito dos fatores relacionados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS no território. Para que os alunos possam mapear atores e interesses que propicie o desenvolvimento territorial, descrição dos cenários exploratórios considerando os marcos da Agenda 2030/ODS, a partir da elaboração do Plano de Inteligência para o mapeamento das ameaças e vulnerabilidades (risco) sociais, ativando Rede de Agentes de Governança Territorial para o território mais Sustentáveis.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Conteúdos programático

Conteúdo teórico - Disciplinas para o diálogo de desenvolvimento da espiral da aprendizagem:

1. A Saúde nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e seus Determinantes Sociais.
2. Análise de Redes Sociais - Atores sociais no território.
3. Diálogos prospectivos: Territorialização da Agenda 2030/ODS.
4. Análise mapeamento de riscos sociais no território - foco na Cidade Estrutural.
5. Introdução à Governança territorial: Desenvolvimento histórico da Cidade Estrutural.

Bibliografia Básica

BRASIL. Relatório Nacional Voluntário no Fórum Político de Alto Nível de 2017.

http://www.secretariadegoverno.gov.br/snas-documentos/relatoriovoluntario_brasil2017port.pdf

BRASIL. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>.

MARTINS, W.J. e MARTINS, C.S.F. A translação do conhecimento na solução de problemas sociais utilizando as redes de políticas públicas. Brasília. Com. Ciências Saúde. 2017; 28(3/4): 343 349

Bibliografia complementar

BARCELLOS, C. (org.). Território, Ambiente e Saúde. Miranda, A. C.; Barcellos, C; Moreira, J. C.; Monken, M. (org.) Rio de Janeiro: ed. Fiocruz, 2008, p. 23 - 41.

Desenvolvimento Sustentável. Ciênc. saúde coletiva. RJ, v. 19, n. 11, p. 4383-4396, Nov. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001104383&lng=en&nrm=iso.

BUSS, Paulo Marchiori et al. Desenvolvimento, saúde e política internacional: a dimensão da pesquisa & inovação. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 32, supl. 2, e00046815, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016001402001&lng=pt&nrm=iso>.

GADELHA CAG, Costa LS. Saúde e desenvolvimento no Brasil: avanços e desafios. Rev Saúde Pública 2012; 46 Suppl:13-20

GALLO E, SETTI AFF. Abordagem ecossistêmica e comunicativa na implantação de Agendas territorializadas de desenvolvimento sustentável e promoção da saúde. Cien Saude Colet 2012; 17(6):1433-1446.

VAZ C, FAGUNDES A, PINHEIRO N. O surgimento da ciência, tecnologia e sociedade (CTS) na educação: uma revisão. In: Anais do I Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia. Curitiba, Brasil. UTFPR: 2009.

Módulo 2
Introdução à Governança Territorial

Carga horária:
60h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Objetivos

Adequar as metas e indicadores dos ODS para acompanhamento na Cidade Estrutural/DF;
Adequar os indicadores de acompanhamento de situação e condições de vida;
Elaborar o Plano de Inteligência Cooperativa para acompanhamento das políticas públicas e da situação de vulnerabilidade das áreas e população da Cidade Estrutural;
Adequação linguística das terminologias técnicas das metas dos ODS para acompanhamento na Cidade Estrutural/DF,

Ementa

Debate teórico-metodológico para o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis, a partir de conceitos já incorporados à saúde coletiva e as ciências humanas e sociais. Conhecimento, compreensão e aplicação dos termos técnicos e acompanhamento das metas dos ODS na Cidade Estrutural-DF, para compreensão e análise das metas e indicadores dos ODS, que possibilitará a aplicação local e acompanhamento da situação e condições de vida.

Conteúdos programático

1. Composição e análise de indicadores para a governança nos territórios ou governança territorial;
2. Vigilância popular para o acompanhamento de políticas públicas e de situação e condições de vida;
3. Inteligência Cooperativa para acompanhamento das políticas e Governança territorial;
4. Adequação linguística dos termos técnicos elemento essencial para as práticas sociais.
5. Aplicação de Análise da Estatística Descritiva e Multivariada.
6. Análise de indicadores de desenvolvimento sustentável voltados a salubridade ambiental.

Bibliografia Básica

ONU. Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional, Organização das Nações Unidas, 2016. acesso: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Roteiro-para-a-Localizacao-dos-ODS.pdf>

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. Saúde e seus Determinantes Sociais. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1): 77-93, 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf>. Acesso em: 07.05.2018.

MOORE, David S. A estatística básica e sua prática (Tradução). Rio de Janeiro: LTC, 2011.

Bibliografia complementar

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística Aplicada - 6ª Ed. São Paulo: Pearson. 2016.

MACHADO, J.M.H. et al. Territórios Saudáveis e Sustentáveis: contribuição para a saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. Brasília. Com. Ciências



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Saúde. 2017; 28(2): 243-249.
SANTOS, C.S. ÁREA DE RISCO OU ÁREA DE RISCO: Teorias sobre política, direito e respeito na Cidade Estrutural. UnB, Brasília, 2013. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia.
PELLEGRINI FILHO A. Compromisso com a ação. Radis, n. 47, p.12-14, jul. 2006.
PHILIPPI JR, A. Saneamento, Saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. USP. São Paulo, 2005.

Módulo 3 Políticas Públicas em Rede	Carga horária: 60h
Objetivos Instalar Sala de Cooperação Social para apoio a governança territorial; Definição ética do processo de coleta de dados sobre as condições de vida da população local; Análise sistemática das condições de vida da população local.	
Ementa Conhecimento e apropriação de elementos teóricos e metodológicos para a formulação de pactos territoriais, a partir do debate de ambiente das diferenças contemporâneas sobre desenvolvimento, território e novos arranjos institucionais, tendo como norte a discussão das necessidade de pactos do território como construção de um território saudável e sustentável. Levantamento de dados sociais no território e descrição inicial para o planejamento e desenvolvimento do TCC.	
Conteúdos programático 1. Instrumentos para a governança nos territórios ou governança territorial. 2. A atuação ética do pesquisador social - Bioética aplicada 3. Políticas Públicas em redes para a vida	
Bibliografia Básica CARVALHO, A.I. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 2. pp. 19-38. ISBN 978-85-8110-016-6. Available from SciELO Books < http://books.scielo.org >. BRANDÃO, C. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. Organizações e Sociedade, v. 15, n. 45, abr/jun-2008. PEREIRA, R.R. Território, Saúde e Ambiente: Nova formas de articulação. Geografia - v. 18, n. 1, jan./jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia complementar

Revisão ética na pesquisa em ciências humanas e sociais. Educ. Soc., Campinas , v. 36, n. 133, p. 857-863, Dec. 2015 .

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 16 out. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

SEVERINO, A. J. Dimensão ética da investigação científica., Práxis Educativa Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 199-208, jan./jun., 2014. Disponível em: <Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> >. Acesso em 09 de junho de 2015.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1985.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educ. Pesqui., São Paulo , v. 31, n. 3, p. 443-466, Dec. 2005.

Módulo 4 Desenvolvimento Territorial	Carga horária: 60h
Objetivos Publicação/Disseminação da análise de condições de vida da população local; Desenvolver requisitos para adaptar arranjo produtivo local para uso na coleta de dados situacional;	
Ementa Descrição e análise da dinâmica de instrumento de coordenação utilizado por Programa de Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico de Insumos em Saúde, no caso, redes cooperativa para o desenvolvimento territorial.	
Conteúdos programático 1. Saúde, saneamento, desenvolvimento e sustentabilidade. 2. Empoderamento social para a governança e a gestão 3. Política pública para a construção de Território Saudável e Sustentável. 4. Modelagem Matemática em Governança Territorial, em Desenvolvimento Saudável e Sustentável. 5. Planejamento territorial e ambiental: as dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, econômica, territorial e institucional).	
Bibliografia Básica MARTINS, J. W. Redes Sociotécnicas e Integração de Políticas Públicas no Distrito Federal. Rev. Brasília em destaque n. 17: Informação, planejamento e gestão pública em saúde: a importância da atenção primária. Brasília, Codeplan, Setembro, 2017, p.28-31.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

GARCÍAS, A. F. et al. In: CHAVECO, I. R. (Org.). Modelagem Matemática de processos diversos. Curitiba: Appris. 2018.

TEIXEIRA, Márcia de Oliveira, et al. Redes cooperativas como instrumento de coordenação da pesquisa científica em saúde, 2009. Disponível em:

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/1266/1/redes_cooperativas.pdf

Bibliografia complementar

ALMEIDA, J.R, et al. Política e Planejamento Ambiental, 3ª Edição, Rio de Janeiro. Thex Ed., 2004.

GARCIA, M. E. G. Modelagem Matemática e Educação Ambiental: uma proposta de integração entre a Matemática e o Reflorestamento. 2009. Monografia (Especialização em Educação Matemática com Novas Tecnologias). Faculdade de Tecnologias e Ciências – Educação a Distância. 2009.

MONKEN, M. Contexto, território e processo de territorialização de informações. Desenvolvendo estratégias pedagógicas para educação profissional em vigilância em saúde. In: BARCELLOS, Christovam (org.). A geografia e o contexto dos problemas de saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 2008.

KATZ JS, MARTIN B. What is research collaboration? Research Policy 1997; 26:1-8.

PIRRÓ E LONGO W, OLIVEIRA ARP. Pesquisa cooperativa e centros de excelência. Parcerias Estratégicas. 2000; 9:129-144.

Módulo 5 Governo para a Vida	Carga horária: 60h
Objetivos Elaboração de propostas de intervenção sobre os riscos e ameaças às condições de vida da população em situação de vulnerabilidade.	
Ementa Construção e aplicação do conceito de territórios saudáveis e sustentáveis a partir da análise das ações desenvolvidas, utilizando conceitos e métodos aprendidos e apreendidos nos encontros anteriores.	
Conteúdos programático 1. Fatores de riscos e os pactos territoriais para a governança. 2. Conceito e Significado de Vulnerabilidade Social.	
Bibliografia Básica MONKEN, Maurício; BARCELLOS, Christovam. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 898-906, Junho 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000300024&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 07.05.2018.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

UNGLERT CVS. Territorialização em sistemas de saúde. In: Mendes EV, organizador. Distritos sanitários: processo social de mudanças nas práticas sanitárias para o Sistema Único de Saúde. São Paulo: Editora Hucitec/Rio de Janeiro: ABRASCO; 1993. p. 221-35.
BARATA RB. Condições de vida e situação de saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO; 1997.

Bibliografia complementar

FLEURY, Sonia; OUVRENEY, Assis M. Política de Saúde; Uma Política Social. In: GIOVANELLA, I; ESCOREL, S; LOBATO, L. V. C; NORONHA, J. C; CARVALHO, A. I. (ORG's). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro - R. J. Fiocruz, 2008. p. 23 – 64
JANCZURA, ROSANE, Risco ou vulnerabilidade social?. Textos & Contextos (Porto Alegre) 2012, 11 (Agosto-Dezembro). Disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527332009>
LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. Saúde debate [online]. 2016, vol.40, n.spe [cited 2019-04-03], pp.87-97. Available from:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000500087&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-1104.
VALLA VV. Revendo o debate em torno da participação popular: ampliando sua concepção em uma nova conjuntura. In: Barata, RB, Briceño-Leon R, organizadores. Doenças endêmicas: abordagens sociais, culturais e comportamentais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2000. p. 251-68.
VIANA, L. A.; BAPTISTA, T. W. F. Análise de políticas de Saúde. In: GIOVANELLA, L. (Org.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil Rio de Janeiro: Fiocruz , 2008. p. 65-105.

Módulo 6 Orientação para Trabalho de Conclusão de Curso	Carga horária: 60h
Objetivos Orientação dos grupos de trabalhos, por facilitadores, na elaboração e escrita do Projeto de Intervenção territorial e artigo.	
Ementa Cada grupo de estudantes trabalhará no desenvolvimento do Radar de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, cada TCC fará a consolidação do índice de condições de vida associado aos ODS para configuração dos painéis de acompanhamento do TSS.	
Conteúdos programático 1. Seminários de metodologia científica para desenvolvimento dos trabalhos finais de curso (Projeto de intervenção e artigo).	
Bibliografia Básica	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. 4ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

Goldenberg, M. 2004. *A arte de Pesquisar*. Editora Record.

TEIXEIRA, Gilberto J. W.. **Manual de artigo científico**. São Paulo: UNISEPE/União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa LTDA, 2010.

Bibliografia complementar

TOIGO, Camila Horst; CONTERATO, Marcelo Antonio. Pobreza, Vulnerabilidade e Desenvolvimento no Território Rural Zona Sul: o que aponta o Índice de Condição de Vida?. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 55, n. 2, p. 267-284, jun. 2017.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032017000200267&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 nov. 2018.

<http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550204>.

Carneiro da Cunha, M. 2007. *Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico*. *Revista da USP*, n.75, p. 76-84,

Diniz, D. 2012. *Carta de uma Orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. Brasília: Editora Letras Livres.

AULER, Décio. **Alfabetização científico-tecnológica: um novo “paradigma”?** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências, vol. 5, núm. 1, marzo, 2003.

TRZESNIAK, Piotr. **As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área da educação**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, *Revista Brasileira de Educação*, maio-ago, ano/vol. 11, número 032, 2006. pp. 346-361.

REIS, Simone Rosa Nunes; REIS, André Inácio. **Como escrever seu primeiro artigo científico**. Porto Alegre: Instituto de Informática/UFRGS, 2013. Disponível em: http://www.inf.ufrgs.br/sim-emicro/images/doc_escrever.pdf.

XII. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso será composto por professores ministrantes e professores orientadores de Trabalhos de Conclusão de Curso. O corpo docente de cursos de deverá ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50% (cinquenta por cento) do corpo docente, deverá apresentar titulação de mestre ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

de doutor obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação ou revalidado por uma Instituição de educação superior brasileira que ofereça formação equivalente, conforme legislação em vigor. Ressalta-se que de acordo com o artigo 66 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. Entretanto, o notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Os docentes desse curso serão, preferencialmente, servidores efetivos do IFB, podendo ser credenciados docentes selecionados e indicados pela Fiocruz. O credenciamento de docentes dar-se-á considerando o princípio do “notório saber” ou da qualificação profissional devidamente comprovados.

Para o cálculo do comprometimento da carga horária de aula semanal do docente deverão ser somadas a carga horária dos módulos, a de orientação dos estudantes e uma hora de planejamento semanal durante a execução do módulo. Durante o prazo de execução do curso, cada módulo estará sob a responsabilidade de, no mínimo, 3 docentes, sendo um deles, obrigatoriamente, docente do quadro efetivo do IFB.

Considerando a possibilidade do comprometimento da carga-horária dos docentes do Campus Estrutural, poderão ser credenciados outros docentes do quadro do IFB que possuam interesse em atuar como orientadores de Trabalhos de Conclusão de Curso e substitutos dos titulares. Os docentes são responsáveis pelo registro e acompanhamento da frequência discente em cada módulo, ficam obrigados a entregar o diário e controle de notas em até 10 (dez) dias após o término das atividades.

Apresenta-se a seguir o quadro de docentes do IFB responsáveis por cada módulo.

Professores	Formação	Currículo Lattes	Módulo
Ana Maria Libório de Oliveira	Licenciada em Matemática, Especialista em Docência no Ensino Superior, Mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia (Educação),	http://lattes.cnpq.br/4609709219632981	Introdução à Governança Territorial; Desenvolvimento Territorial; Orientação TCC.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

	Doutorando em Educação Matemática		
Caroline Soares Santos	Graduação em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2006), mestrado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2008) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2013).	http://lattes.cnpq.br/4240476408840526	Desenvolvimento Territorial; Políticas Públicas em Rede; Introdução à Governança Territorial; Orientação TCC.
Greice Kelly Menezes Martins	Licenciada e bacharel em Ciências Biológicas (UnB), mestre em Patologia Molecular (UnB)	http://lattes.cnpq.br/2141656847612496	Desenvolvimento Territorial, Governo para a vida, Orientação para TCC
Eneida Campos Felipe de Brites	Bacharel em Engenharia Sanitária e Ambiental, mestre em Tecnologias Ambientais e Recursos Hídricos.	http://lattes.cnpq.br/1013727054677422	Introdução à Governança Territorial; Desenvolvimento Territorial; Orientação TCC
Loryne Viana de Oliveira	Licenciatura em Filosofia, Especialização em Metodologia do Ensino de Filosofia, Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica.	http://lattes.cnpq.br/4436828012846220	Políticas Públicas em Rede; Orientação para TCC
Áurea Sousa Oliveira	Licenciada em Letras Português -Inglês UFG) Mestrado (UFG) e Doutorado (UFRGS), em Letras e Linguística.	http://lattes.cnpq.br/5022511914874450	- Oficina de Prospecção -Orientação de TCC
Karla Amâncio Pinto Field's	Licenciada e Bacharel em Química. Mestre em Química Analítica e Doutora em Química	http://lattes.cnpq.br/3969630469908392	Orientação de TCC
Pedro Carvalho Brom	Licenciado em Matemática (UEMG); Especialista em Matemática e Estatística (UFLA); Data Science Specialist (Johns Hopkins University). Bacharelado em Estatística (UnB)	http://lattes.cnpq.br/0154064396756002	Introdução à governança territorial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

O quadro a seguir apresenta docentes indicados pela Fiocruz para atuar nos módulos.

Professores	Formação	Instituição de origem	Currículo Lattes	Módulo
Wagner de Jesus Martins	Bacharel em Ciências Econômicas mestre e doutor em Saúde Pública	Fiocruz	http://lattes.cnpq.br/8386863728607073 http://lattes.cnpq.br/8386863728607073	Orientação para Trabalho de Conclusão de Curso
Edward Maia	Graduação em Engenharia Civil + Especialista em Gestão Empresarial + Especialista em Inteligência de Futuro + Mestre em Saúde Pública + Doutorando em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional	Fiocruz	http://lattes.cnpq.br/9214286857728685 http://lattes.cnpq.br/9214286857728685	Oficina Prospecção
Jorge Mesquita Huet Machado	Doutorado em Saúde Pública	Fiocruz	http://lattes.cnpq.br/6931438213023135 http://lattes.cnpq.br/6931438213023135	Orientação para Trabalho de Conclusão de Curso
Maria do Socorro de Souza	Filosofia - mestre em educação e Doutoranda em Ciência da Saúde	Fiocruz	http://lattes.cnpq.br/1452078617294064 http://lattes.cnpq.br/1452078617294064	Governo para a Vida – (saúde, ambiente e Governança)
Swedenberger do Nascimento Barbosa	Doutor em Ciências da Saúde	Fiocruz	http://lattes.cnpq.br/8225365888904509	Governo para Vida – (saúde, ambiente e Governança)
Antonia Sheila Gomes Lima	Licenciada em História e Mestranda	Fiocruz	http://lattes.cnpq.br/6033396255162977	Políticas Públicas em Redes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Marcelo Souza de Jesus	Mestre em Ciência da Informação, Especialista em Inteligência de Futuro, Administrador/analista de sistemas	Fiocruz	http://lattes.cnpq.br/4662008600479037	Oficina Prospecção
Lua Isis Marques	Mestre em Educação e Doutoranda em Literatura	Fiocruz	http://lattes.cnpq.br/5684550772407404 http://lattes.cnpq.br/5684550772407404	Introdução à Governança Territorial
Magda de Lima Lucio	Doutorado em Sociologia	Departamento de Gestão de Políticas Públicas – FACE / UnB	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K47... http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4706417H6	Políticas Públicas em Redes
Jorge Henrique Cabral Fernandes	Doutor em Ciência da Computação	Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Ciência da Computação/UnB	http://lattes.cnpq.br/7151669913805328 http://lattes.cnpq.br/7151669913805328	Desenvolvimento territorial
Wildo Navegantes de Araújo	Doutorado em Biotecnologia em Saúde e Medicina em Saúde, com ênfase em Epidemiologia Molecular	Campus Ceilândia/UnB	http://lattes.cnpq.br/4649706895976994 http://lattes.cnpq.br/4649706895976994	Coordenar e analisar o sistema das condições de Vida da população
Natália da Silva Lemos	Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade	Faculdade Arquitetura e	http://lattes.cnpq.br/328404952584	Introdução à Governança Territorial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

		Urbanismo – FAU/UnB	8309 http://lattes.cnpq.br/3284049525848309	
Liza Maria Souza de Andrade	Doutorado em Arquitetura e Urbanismo	Faculdade Arquitetura e Urbanismo – FAU/ UnB	http://lattes.cnpq.br/9661028896672932 http://lattes.cnpq.br/9661028896672932	Introdução à Governança Territorial
Paulo Eduardo Guedes Sellera	Engenheiro, especialização em Gestão em Saúde pela Fiocruz, Especialização em Entomologia Médica pela UFMG	SES/DF	http://lattes.cnpq.br/5765526796972727 http://lattes.cnpq.br/5765526796972727	Políticas Públicas em Redes
Maria Moro	Fisioterapeuta, especialização em Inteligência de Futuro	SES/DF	http://lattes.cnpq.br/7012773068177840	Oficina de Prospecção

XIII. METODOLOGIA

Predominância de uma pedagogia baseada no construtivismo pragmático referenciado em John Dewey, Paulo Freire e Boaventura Souza Santos. Essa metodologia propõem a junção de diálogos prospectivos sobre os fatores dos ODS com criação de uma cartografia social, elaborada pelos próprios atores locais, com finalidade de criar uma perspectiva territorial que se configure como a “Inteligência de Futuro” capaz de orientar nos espaços de governança, as decisões políticas de longo-prazo no sentido estratégico de assegurar um ambiente saudável e sustentável para todos e todas.

A partir desse arranjo metodológico de reflexão sobre o futuro e o mapeamento do presente, será desenvolvido o Quadro de Metas e Indicadores dos ODS associados ao território, no caso concreto à Cidade Estrutural/DF, para que os pesquisadores populares do curso de Especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável possam elaborar o Plano de inteligência Cooperativa para acompanhamento das políticas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

públicas e da situação de vulnerabilidade (sob monitoria dos professores do curso), ou seja, os riscos e as oportunidades das metas da agenda 2030 serem ou não alcançadas.

A implementação do Plano de Inteligência Cooperativa será condicionada à definição ética do processo de coleta de dados (estruturados e não estruturados) sobre as condições de vida da população local e orientará a análise sistemática dos Determinantes Sociais e das políticas públicas que incidem no território em tempo próximo do real orientando assim, a intervenção dos alunos na realidade local. A oportunidade é aplicar uma metodologia inovadora de empoderamento social para a governança e a gestão territorial seja focada na Agenda 2030 dos ODS da ONU, facilitada pela integração da pesquisa, educação e aplicação.

XIV. INTERDISCIPLINARIDADE E ATIVIDADES INTEGRADORAS

O curso de especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável foi planejado de forma a possibilitar o diálogo entre os sujeitos, as experiências e os objetos de análise, sendo a interdisciplinaridade parte constituinte e constituidora do curso.

A prática pedagógica interdisciplinar possibilita o envolvimento dos sujeitos (professores, estudantes e comunidade) em projetos comuns, favorecendo a desfragmentação do conhecimento. Além disso, viabiliza a análise dos objetos de estudo sob os diversos olhares, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem e construção do conhecimento.

Tal integração proporciona uma visão holística e sistêmica do objeto, que será potencializada através do planejamento coletivo e das atividades integradoras que consistem em oficinas, visitas programadas, palestras e debates.

Atividades Complementares

Constituem como atividades complementares do curso de especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável: a participação em eventos científicos; visitas técnicas; desenvolvimento de estudos de caso; realização de *workshops* e colóquios sobre as temáticas que envolvem a Inteligência Cooperativa; produção de artigos científicos e publicação em meios digitais ou impressos; entre outras.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Dessa forma, ao considerar a autonomia didática do professor, este poderá oferecer essas e/ou outras atividades complementares que julgar necessárias para favorecer o processo de ensino e aprendizagem.

XV. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Para admissão no curso é imprescindível que o aluno porte diploma de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e que manifeste público interesse e compromisso em participar do curso e submeter-se às normas e regulamentos do IFB e da Fiocruz. A admissão será feita a partir da publicação de Edital para Seleção de Candidatos a Discente do Curso de Especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável.

O edital de seleção discente poderá abranger os seguintes critérios: prova escrita, carta de intenção, entrevista e avaliação curricular. Caberá à Comissão de Processo Seletivo do *Campus* Estrutural responsável elencar os critérios para seleção. O edital contemplará ainda a reserva de cotas previstas em lei e já praticadas pelo IFB nos seus processos seletivos.

A seleção dos candidatos será realizada mediante análise do *curriculum vitae*, conforme critérios e pontuação a ser indicados. Em caso de empate, a coordenação do curso poderá convocar entrevista com os candidatos em disputa pelas vagas remanescentes, em dia, hora e local a serem informados pelo Registro Acadêmico.

Os selecionados serão matriculados conforme as normas do IFB, em edital específico, ao qual se dará ampla publicidade, que disciplinará o sistema de seleção e as matrículas, definindo critérios e eventuais óbices e peculiaridades nos critérios acima, conforme as regras do IFB.

XVI. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação terá os seguintes princípios:

- a) **Diagnóstica:** realizada nas entrevistas para o curso, bem como para se mensurar decisões a serem tomadas, e aptidões a serem desenvolvidas no curso, diante do perfil detectado dos ingressantes;
- b) **Formativa:** que acompanhará o envolvimento e a atuação dos alunos de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

forma contínua, bem como sua capacidade de enfrentar os problemas propostos e buscar suas soluções;

- c) **Somativa:** realizada em momentos a serem designados pelo professor, com a intenção de verificar a construção/aquisição de conhecimentos, o potencial que o curso despertou no aluno para o desenvolvimento de habilidades e competências;

Avaliação dos alunos nos módulos

A avaliação dos alunos será elaborada pelo(s) professor(es), que terá(ão) liberdade pedagógica para desenvolver as avaliações diagnóstica, formativa e somativa, seguindo as diretrizes da coordenação de curso e definidas na metodologia do plano de ensino.

As avaliações serão definidas previamente nos Planos de Ensino. O *score* das notas irão variar de 0,0 (zero) à 10,0 (dez).

O professor, no final de cada módulo, deverá propiciar uma segunda chamada aos alunos que porventura tenham perdido alguma avaliação ou não tenham obtido rendimento satisfatório.

Não havendo previsão de abertura de novas turmas, o discente reprovado poderá solicitar uma nova avaliação de conhecimento referente ao módulo, uma única vez. Caso reprove mais de uma vez no mesmo módulo ou no TCC, o mesmo será desligado do curso.

Em caso de licença médica, o aluno terá direito a segunda chamada das avaliações. Em caso de licença médica igual ou superior a (15) quinze dias, o estudante terá direito ao regime domiciliar.

Requisitos para Aprovação final no curso

Estará aprovado na pós-graduação *lato sensu*, e receberá certificado de conclusão de Curso de Especialização em Governança Territorial, o aluno que concomitantemente atender aos seguintes requisitos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- a) Frequência de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) em cada módulo utilizado para se integralizar o currículo mínimo do curso, a ser atestada pelo professor;
- b) Nota mínima 6,00 exigida para aprovação em todos os módulos;
- c) Nota mínima 6,00 no Trabalho Final de Curso.

A nota final do aluno poderá ainda ser expressa através dos seguintes conceitos:

Notas	Menções Correspondentes	Situações Finais
Entre 9,0 e 10,0	A (excelente)	AP – aprovado: de A a C RE – reprovado: abaixo de C
Entre 7,5 e 8,9	B (bom)	
Entre 6,0 e 7,4	C (regular)	
Menores que 5,9 da disciplina	D (insuficiente)	RF – reprovado por falta CA - cancelamento AD - aproveitamento da disciplina

XVII. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O controle da frequência dos alunos dar-se-á por meio de aferição pelos docentes de cada módulo.

Caberá ao(s) professor(es) do módulo dar legitimidade à pauta de presença do aluno perante o Registro Acadêmico.

O aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% no módulo será considerado aprovado quando ao requisito “presença”, necessitando ainda ser aprovado na avaliação do professor, para ser considerado aprovado.

XVIII. INFRAESTRUTURA DO CURSO

As instalações do *campus* oferecem o que existe de mais moderno, em termos de construção, para garantir o acesso a pessoas com deficiência, a sustentabilidade ambiental e condições ideais para os discentes. Suas 10 (dez) salas de aula, encontram-se equipadas com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

datashow, internet wireless, ar-condicionado e mobiliário confortável. Com capacidade de atendimento planejada para 1.400 estudantes presenciais, o *campus* pode atingir um quantitativo de 70 docentes, 60 técnicos-administrativos e 20 funcionários terceirizados.

Em suma, a estrutura física do *campus* Estrutural consiste de:

- 09 salas de aulas (todas as salas possuem datashow e computador);
- 02 laboratórios de informática com internet;
- 01 laboratório de química e biologia
- 01 laboratório de matemática;
- 01 cantina;
- 01 auditório com capacidade para 110 lugares;
- 01 sala de coordenações de cursos;
- 01 salas de estudos para professores;
- 01 sala de NAPNE;
- 01 sala para atendimento individual de aluno
- 01 sala da Direção Geral
- 01 sala da Diretoria de Ensino
- 01 sala para Registro Acadêmico
- 01 espaço para convivência.

A biblioteca possui 2 (dois) pavimentos, totalizando 193 m², sendo o pavimento inferior reservado para o acervo bibliográfico e as consultas online, e o superior para estudo em grupo. A estrutura da biblioteca conta com os seguintes recursos:

Horário de atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Servidores
9h às 22h de segunda a sexta-feira	16 cabines para estudo individual, das quais 9 possuem computadores. 6 mesas para estudo em grupo ou individual de	Cadastro a novos usuários, consulta local, empréstimo domiciliar e devolução de documentos do acervo	2 bibliotecários e 2 auxiliares de biblioteca



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

forma compartilhada. A área da biblioteca é de aproximadamente 185 m ²	bibliográfico, cursos de normatização de trabalhos acadêmicos, cursos sobre acesso ao portal de periódicos da Capes e treinamento de usuários para o uso do sistema SIABI.
--	--

Quadro 1 – Estrutura da Biblioteca do *Campus Estrutural*.

O acervo da Biblioteca conta com livros da bibliografia básica e complementar dos cursos oferecidos pelo Instituto, entre eles materiais de referência, livros, periódicos impressos e eletrônicos, normas ABNT e multimeios.

O acervo é atualizado de forma a disponibilizar fontes de informação relacionadas aos cursos oferecidos pelo campus, atendendo às solicitações de docentes, discentes e aos programas das disciplinas.

A consulta ao acervo é realizada via Internet – on-line pelo site ifb.edu.br - ou consulta local.

Área de Conhecimento	Títulos	Volumes
Ciências Matemáticas e Naturais	178	1002
Engenharias e Computação	67	197
Ciências Sociais e Aplicadas	117	391
Ciências Humanas	34	85
Linguística, letras e artes	164	325

Quadro 2 – Livros do *Campus Estrutural* divididos por área do conhecimento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XIX. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Os discentes deverão elaborar Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), sob a forma de Monografia, Artigo Científico ou trabalhos equivalentes, de acordo com as normas específicas e as constantes na Resolução N.º 012-2013/CS – IFB.

A elaboração, entrega e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Governança Territorial. O TCC deverá ser elaborado individualmente ou em grupos, sob orientação de um docente do Curso de Especialização.

Os temas do TCC serão necessariamente correlacionados a uma efetiva contribuição nas áreas do currículo do curso

Para ser matriculado no TCC o aluno deverá ter sido aprovado nos módulos anteriores.

O aluno é integralmente responsável pela originalidade do trabalho apresentado perante o IFB e demais órgãos de fiscalização estatais em todas as esferas do Direito.

A relação de docentes orientadores deverá ser apresentada aos discentes durante o segundo módulo de execução do curso e o processo deverá ser conduzido como descrito a seguir:

I.A Coordenação Geral do Curso encaminhará ao discente uma ficha na qual ele deverá inserir:

- a) título provisório do projeto de pesquisa;
- b) linha de pesquisa na qual se encaixa seu projeto, quando for o caso;
- c) resumo de no máximo 10 (dez) linhas sobre o objeto da pesquisa;
- d) indicação de até 03 (três) nomes de docentes para orientação, por ordem de sua preferência.

II.A Coordenação Geral do Curso encaminhará convite para o primeiro nome



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

sugerido na ficha. Caso o docente recuse, o coordenador encaminhará para o próximo, até que se finde a lista.

III. Cada professor poderá orientar, no máximo, 6 (seis) discentes, simultaneamente, por curso.

Até início do terceiro Módulo, o Coordenador Geral do Curso deverá solicitar o termo de compromisso aos docentes orientadores de TCC, em formulário próprio, devidamente preenchido e assinado pelo professor orientador e pelo discente.

Será permitida a existência de um professor coorientador. A orientação docente deverá abranger a escolha do tema, o desenvolvimento e a apresentação do TCC.

Quando o TCC for no formato de um artigo científico, este poderá ser submetido a uma revista com notória validação da qualidade da produção intelectual nacional ou internacional (Qualis B-2 ou superior). Poderá ser abdicado da obrigatoriedade da defesa em banca examinadora aqueles alunos que tiverem os trabalhos submetidos aceitos pela revista, a critério do colegiado do curso. O artigo deve ter sido escrito pelo discente, em coautoria com pelo menos um docente do quadro de professores do curso.

Cada discente deverá encaminhar solicitação de defesa do TCC à Coordenação Geral do Curso, no prazo máximo de 3 (três) meses após a conclusão dos Módulos, de acordo com o cronograma do curso. Em casos excepcionais, o aluno poderá requerer uma única vez ao Coordenador a prorrogação desse prazo por igual período, mediante apresentação parcial do trabalho já desenvolvido.

A Coordenação Geral do Curso encaminhará o processo para a verificação da situação do discente à Coordenação de Registro Acadêmico do Campus, à biblioteca e, nos casos pertinentes, à instituição conveniada.

O professor orientador e o discente deverão providenciar a formação da banca examinadora do TCC, que deverá ser constituída por 3 (três) membros, sendo um destes o professor orientador. A banca examinadora será presidida pelo professor orientador do trabalho sob avaliação dos demais membros da banca.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Poderão integrar a banca examinadora, profissionais da área que não pertençam ao quadro de servidores do IFB, que tenham a formação acadêmica compatível ou experiência profissional relevante.

Estando o discente em situação regular e definida a banca examinadora do TCC, as Coordenações Geral e Temática do Curso deverão validar a escolha da banca examinadora e providenciará a publicação da defesa em quadro de Edital, com pelo menos 5 dias úteis de antecedência da data da defesa.

O discente será responsável pela entrega do seu TCC à Coordenação Geral do Curso, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de defesa, mediante protocolo. O trabalho deverá ser encaminhado impresso em 3 (três) vias, juntamente com o termo de encaminhamento do trabalho de conclusão de curso assinado pelo orientador. O Coordenador do Curso encaminhará os TCCs aos membros da banca examinadora, para a defesa pública.

O resultado da avaliação do TCC será expresso com o conceito aprovado ou reprovado, definindo uma nota de zero (0,0) a dez (10,0), registrado em ata a ser anexada ao trabalho. A nota mínima para aprovação do TCC deverá ser 6,0 (seis). Caso o candidato não seja aprovado, este deverá passar por nova avaliação em banca no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da primeira apresentação.

Ao final da defesa, o orientador entregará as 3 (três) vias do TCC para o discente sob avaliação, com as devidas anotações dos examinadores.

O discente deverá devolver o TCC devidamente corrigido, em 3 (três) vias impressas, encadernadas em brochura (para o formato monografia) e na forma de mídia digital (CD-ROM), em formato editável (.doc, .docx, .odt) e pdf, mediante protocolo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da defesa. Uma das vias impressas será enviada para catalogação na biblioteca da APC, cedendo o aluno todos os direitos de utilização de referido texto, inclusive para publicações, resguardada a propriedade intelectual moral (sua autoria).

A entrega do certificado de especialista será dada sempre após o fim do curso, em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

seguida ao prazo necessário aos trâmites burocráticos inerentes à certificação.

XX. CERTIFICAÇÃO DO CURSO

O IFB expedirá, por meio da Coordenação de Registro Acadêmico do *campus* Estrutural, os seguintes certificados:

- I. Certificado de Conclusão de Curso de Especialização, para o discente que tenha sido aprovado em todos os módulos obrigatórios do curso e no Trabalho de Conclusão de Curso;
- II. Certificado de Conclusão de Curso de Aperfeiçoamento, para o discente que tenha sido aprovado em todos os módulos, mas que não tenha entregue e ou apresentado o TCC;
- III. Certificado de Atualização, para o discente que tenha concluído algum(ns) do(s) Módulos do curso.

Cada discente poderá receber o certificado de um único tipo, dentre os previstos acima.

Os Certificados de Atualização serão expedidos por Módulo concluído com êxito, a partir de requerimento do interessado.

Depois de registrados pelo órgão competente em livro próprio, os certificados de que trata este item serão assinados conjuntamente pelo representante da instituição ofertante e pelos representantes das instituições parceiras - Diretor do Campus do IFB e Diretor da Fiocruz Brasília. A entrega dos certificados ao discente estará condicionada ao depósito das cópias de que trata o item XX deste PPC e à quitação/devolução de títulos de empréstimo da biblioteca do IFB e Fiocruz. Os certificados obedecerão às normas gerais estabelecidas pelo IFB no que se refere à forma, conteúdo e registro.

XXI. INDICADORES DE DESEMPENHO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

São previstos como indicadores de desempenho:

- Participações discentes e docentes em eventos da área na qualidade de autores e/ou palestrantes;
- Participações discentes e docentes como congressistas em eventos da área;
- Taxa de publicação em parceria discente/docente em periódicos da área, conforme classificação Qualis/CAPES;
- Razão de evasão;
- Razão de egressos total e por destinação de vaga;
- Taxa de reprovação em componentes curriculares;
- Avaliação qualitativa periódica dos docentes e discentes quanto ao andamento do curso e sua aderência aos objetivos propostos; e
- Avaliação qualitativa periódica dos docentes e discentes quanto ao apoio em infraestrutura e serviços administrativos do campus Estrutural do IFB.

XXII. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CURSO

O curso está previsto para ser executado em dois semestres, com início previsto para o segundo semestre de 2019. Como inicialmente o curso tem previsão de oferta única, o prazo máximo de integralização é de dois semestres.

O cronograma proposto é:

Julho/2019	Elaboração e lançamento de Edital para Seleção de Candidatos
Julho/2019	Inscrições e Processo Seletivo
Agosto/2019	Matrículas
Agosto/2019	Início das Aulas
Agosto/2019	Módulo I
Setembro/2019	Módulo II
Outubro/2019	Módulo III



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Novembro/2019	Módulo IV
Dezembro/2019	Orientações para TCC e atividades de reposição ou recuperação
Fevereiro/2020	Módulo V
Março/2020	Módulo VI (Orientação para Trabalho de Conclusão de Curso)
Abril/2020	Módulo VI (Orientação para Trabalho de Conclusão de Curso)

REFERÊNCIAS

Appel AL, Maciel ML, Albagli S. A e-Science e as novas práticas de produção colaborativa de conhecimento científico. **Revista Internacional de Ciencia y Sociedad**. Volume 3, Número 1, 2016.

BARCELLOS, C. (org.). **Território, Ambiente e Saúde**. Miranda, A. C.; Barcellos, C; Moreira, J. C.; Monken, M. (org.) Rio de Janeiro: ed. Fiocruz, 2008, p. 23 - 41.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 6. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 43 p. Série legislação; n. 64, 2011.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. Saúde e seus Determinantes Sociais. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1): 77-93, 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf>. Acesso em: 07.05.2018.

Calmon P, Costa ATM. Redes e governança das políticas públicas. **RP3 Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**. Edição nº 01. Brasília, julho de 2013.

CARMO, M.E. e GUIZARDI, F.L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social.

DEWEY, John. The development of American pragmatism. **Scientiae Studia**, v. 5, n. 2, p. 227-243, 2007. Godet M, Durance P. Prospectiva Estratégica para As Empresas e Os Territórios. Onu/Dunod, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tempo brasileiro, 2003. Latour B. On actor-network theory. A few clarifications plus more than a few complications.[Internet]. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-67%20ACTOR-NETWORK.pdf>. Acesso em 10/11/2016.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

MARTINS, J. W. Redes Sociotécnicas e Integração de Políticas Públicas no Distrito Federal. **Rev. Brasília em destaque** n. 17: Informação, planejamento e gestão pública em saúde: a importância da atenção primária. Brasília, Codeplan, Setembro, 2017, p.28-31. Matus C. Política, planejamento e governo. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1996.

Morel CM, Serruya SJ, Penna GO, Guimarães R. Co-authorship Network Analysis: A Powerful Tool for Strategic Planning of Research, Development and Capacity Building Programs on Neglected Diseases. *PLoS Negl Trop Dis* 3(8): e501. doi:10.1371/journal.pntd.0000501, 2009.

ONU. Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional, Organização das Nações Unidas, 2016.

RODRIGUES JÚNIOR, A inteligência epidemiológica como modelo de organização em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** 17(3):797-805, 2012. Disponível em: SANTOS, Milton et al. O retorno do território. *Território: globalização e fragmentação*, v. 4, p. 15-20, 1994.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXOS

ANEXO I

TERMOS DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE DOS DOCENTES QUE ATUARÃO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Pelo presente Termo de Compromisso e Responsabilidade, eu _____, SIAPE _____ servidor do(a) _____, ocupante do cargo de _____ me comprometo em ministrar a(s) disciplina(s) _____, _____ módulo(s), _____ Turma do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável a ser ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Campus Estrutural, em parceria com a Fiocruz Brasília, além de atuar como orientador(a) de Trabalho de Conclusão de Curso. Informo estar ciente que faço parte do Colegiado do Curso, que deverei participar das reuniões e acompanhar todas as recomendações dadas pelo mesmo, para o desenvolvimento adequado do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável. Registro ainda, estar ciente de minhas obrigações enquanto docente e me comprometo a observar as disposições do Projeto Pedagógico do Curso, em especial os prazos de controle de frequência e entrega de notas.

Brasília, _____ de _____ de 20__.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

(Assinatura)

ANEXO II

TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, _____, aluno de Pós-Graduação em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável do Instituto Federal de Educação de Brasília, matrícula _____, encaminho o Trabalho de Conclusão de Curso que tem como título _____, orientado por _____ à seguinte banca examinadora:

1) Professor orientador: _____.

Instituição: Instituto Federal de Brasília

2) Professor convidado 1: _____

Instituição: Instituto Federal de Brasília

3) Professor convidado 2: _____

Instituição:

A provável data da defesa do presente TCC será: ____/____/____, às ____ h. Solicito ao coordenador (a) da pós-graduação em Matemática, Educação e Tecnologia do Instituto Federal de Brasília, campus Estrutural, que encaminhe o presente Trabalho de Conclusão de Curso aos professores convidados supra mencionados que compõem a banca examinadora.

Brasília, de _____ de 20 .



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Assinatura do aluno

Assinatura do orientador

ANEXO III FICHA DE AVALIAÇÃO DE TCC

Aluno: _____

Título: _____

Orientador(a): _____

Membro 1 da Banca Examinadora: _____

Membro 2 da Banca Examinadora: _____

Itens avaliados	Orientador(a)	Membro 1	Membro 2
Trabalho escrito (0 a 7)			
Apresentação oral (0 a 3)			
Nota final (NF) (0 a 10)	NF1	NF2	NF3

No item **TRABALHO ESCRITO**, a banca examinadora deverá avaliar: organização seqüencial, argumentação, profundidade do tema, relevância e contribuição acadêmica da pesquisa, correção gramatical, clareza, apresentação estética, adequação aos aspectos formais às normas da ABNT.

No item **APRESENTAÇÃO ORAL**, a banca examinadora deverá avaliar: domínio do conteúdo, organização da apresentação, habilidades de comunicação e expressão, capacidade de argumentação, uso dos recursos audiovisuais, correção gramatical e apresentação estética do trabalho.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

MÉDIA FINAL: A média final será calculada pela soma das três notas finais (NF1, NF2 e N3) dividida por três.

$$\text{Nota final} = \frac{\text{NF1} + \text{NF2} + \text{NF3}}{3} = \underline{\hspace{10em}}$$

Autorizo a publicação do TCC no site da Biblioteca Digital .

Observações: _____

BANCA EXAMINADORA:

(Presidente e Orientador)

(Membro 01)

(Membro 02)

Brasília, _____ de _____ de 20.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXO IV

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia ____ do mês de _____ de 20____, às __h__ min, na sala _____ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Campus Estrutural, situado à Parque Nacional de Brasília Quadra 16 Área Especial 01 - Cidade do Automóvel, Brasília - DF, ocorreu a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso modalidade _____ intitulado “

_____”, pelo estudante _____ e _____, como parte dos requisitos para a conclusão do Curso de Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável. Após a apresentação oral do trabalho, passou-se à arguição do(s) autor(es) pelos integrantes da Banca Avaliadora, composta pelo(a) professor(a) orientador(a) _____ e _____ pelos seguintes avaliadores: _____, _____ e _____. Após arguição, levando-se em consideração a relevância científica do trabalho, os resultados e conclusões apresentados, o atendimento às normas de apresentação e formatação, bem como os aspectos éticos e legais, a Banca Avaliadora deu a nota: _____ e considerou o trabalho: () aprovado; () aprovado com ressalvas, necessitando alterações/adequações, conforme sugestões; () reprovado, conforme justificativa a seguir.

Palavras-chave:

Justificativa e/ou Sugestões de alterações/adequações: (Anexar página extra com justificativa/sugestões, se necessário).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Prof.(a) (nome do professor orientador)
Orientador(a)

(Nome do Membro 1)
Instituição de origem

(Nome do Membro 2)
Instituição de origem

(Nome do estudante)
Estudante

Brasília, ____ de _____ de 20 ____.